

CAPÍTULO II

O NASCER DO MST E SUA RELAÇÃO COM A IGREJA: DISCURSOS E PRÁTICAS QUE FICAM

2.1. A construção de um Movimento em movimento

Neste capítulo, a pretensão não é escrever a *história do MST*, até porque o objetivo do trabalho não é este. Todavia, torna-se necessário fazer algumas reflexões sobre a construção do Movimento, apontando algumas questões relevantes à sua gênese. Pelo fato de o MST ainda existir, a sua história está sendo construída e, portanto, analisá-lo significa olhar o seu *dever*, ou melhor, ter a sensibilidade para saber que os seus discursos e práticas não são estáticos e que a sua história está em construção. Para tanto, não limito a ideia de *história em construção* apenas aos estudos relacionados ao MST ou a grupos que ainda existem. A edificação do conhecimento histórico em sua essência é dinâmica, sendo as histórias construídas e reconstruídas a todo o momento.

Existe uma quantia considerável de livros, teses e dissertações que procuraram sistematizar a construção do MST. O maior interesse em estudar o Movimento se deu principalmente a partir da década de 1990, no momento em que o MST estava se constituindo em todo o território nacional, chamando a atenção de grande parte dos meios de comunicação. A organização e a resistência do MST não só causavam espanto na sociedade, como também despertaram o furor dos grupos dominantes, especialmente aos *senhores da terra*. Para o Estado, o Movimento que se organizava e crescia era um incômodo, pois, além de organizar os trabalhadores, ele se configurava como um grande opositor do modelo político e econômico implantado no país.

Em consonância com alguns pesquisadores e por meio de análises de algumas fontes, parto da premissa de que o MST, antes de sua oficialização em 1984, já vinha sendo articulado por lideranças de trabalhadores rurais de diversos Estados, com o apoio de sindicatos e, principalmente, da CPT. Esse fato ficou evidenciado no ano de 1982, quando circulava, provavelmente entre lideranças engajadas na luta pela terra, um convite para o *Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra*, realizado em Goiânia, entre os dias 23 e 26 de

setembro. Conforme informações contidas no convite, assinado por Derci Pasqualotto, o Encontro foi organizado por lideranças de trabalhadores rurais sem-terra, pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná, por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com o apoio de órgãos ligados aos trabalhos da Igreja junto aos sujeitos sem-terra, como a CPT e o Movimento de Animação Cristã no Meio Rural.

Na análise do convite, feito especialmente para o evento, observo que o encontro tinha como objetivo central discutir o problema da *falta da terra*, ou melhor, a concentração da terra nas mãos de alguns poucos latifundiários ou empresários rurais, que faziam dela objeto de especulação e negócio. Nesta perspectiva, objetivava também compartilhar “as diversas experiências de lutas já ocorridas pela defesa ou conquista da posse ou uso da terra”¹⁵¹. Os trabalhadores rurais sem-terra e os grupos que os apoiavam sentiam a necessidade de trocar experiências de lutas, para posteriormente criar novas estratégias a fim de combater *os inimigos* que, naquele momento, tinham como os maiores representantes os latifundiários e o Estado. Além disso, o que também estava em pauta era a possibilidade de estabelecer uma articulação dos sem-terra no âmbito nacional, como se pode observar em um trecho do documento:

Enfim, se discutirá a validade de um ‘Movimento dos Sem-Terra’ e como deverá encaminhar suas ações. A idéia desse encontro nasceu dos próprios trabalhadores rurais sem-terra, em função das dificuldades sentidas: isolamento, falta de apoio, pressões, perseguições, desrespeito por parte das autoridades fundiárias, falta de perspectivas quanto ao futuro, etc. Daí a idéia de reunir os que já lutaram para defender ou conquistar um pedaço de terra – posseiros, pequenos parceiros, pequenos arrendatários, bóias-frias, foreiros e outros – para estabelecerem uma luta comum, com objetivos claros, perspectivas concretas e fortalecidos através de um movimento que os unisse¹⁵².

Ao atentar para a construção do MST, o conteúdo impresso neste convite é fundamental para compreender que já existiam articulações para a formação de um movimento nacional dos sem-terra. Quando se pensa no MST e na sua oficialização em janeiro de 1984, no transcorrer do I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado no município de Cascavel – PR, diversos pesquisadores partem da premissa de que ele começou a ser organizado ali. Porém, sua sistematização vinha sendo planejada em fins da década de 1970. Na compreensão dos coordenadores do MST, sua organização começou em 1978, “a

¹⁵¹ Convite - *Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, 1982.*

¹⁵² Convite - *Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, 1982.*

partir das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem-terra foram desenvolvendo de forma isolada nos Estados da região Sul”¹⁵³. Na tentativa de fazer uma cronologia de sua história, em um documento intitulado *Histórico do Movimento Sem Terra*, editado em 1985, o MST chama a atenção para o fato de que seu nascimento estava sendo construído a partir dos diversos conflitos por terras que se estendiam pelo território brasileiro. Das articulações entre os diversos grupos organizados de sem-terras, sindicatos de trabalhadores rurais e da efetiva participação da CPT, o ano de 1984 foi apenas para tornar público o Movimento que, ao longo do tempo, se tornou referência na luta pela terra no país e na América Latina. Após sua oficialização, começa então o investimento para se criar um movimento social com nome próprio, com práticas e características distintas de outros grupos que lutavam pela terra.

No processo histórico que culminou na construção do MST, não negligencio o fato de que os trabalhadores rurais se organizaram devido ao próprio processo de *expropriação e exploração* dos quais estavam sofrendo. Como já foi dito, a luta pela terra, em seu princípio, se configurava como uma luta contra a *expropriação e exploração*. Para compreender este processo, recorro principalmente aos estudos de José de Souza Martins, que se tornou uma referência para o entendimento de questões relacionadas à política no campo, à reforma agrária e aos movimentos sociais, especialmente entre as décadas de 1960/80.

O intenso processo de *expropriação e exploração* se constituiu enquanto uma combinação. De acordo com Martins, em meio aos anos de 1960, principalmente depois do Golpe Militar de 1964, ocorreu um processo violento de expropriação de pequenos lavradores, representados por pequenos proprietários, posseiros, arrendatários e parceiros¹⁵⁴. Este fenômeno foi delineado, particularmente, por grandes empresas capitalistas apoiadas com incentivos fiscais provindos do Estado. Assim, as grandes empresas começaram a visualizar grandes negócios com a terra. Ou seja, a terra que era para o trabalho dos pequenos trabalhadores rurais acabou se transformando em terra de negócios para os senhores do dinheiro.

Nessa perspectiva, é possível dizer que a questão fundiária brasileira teve duas faces: a *expropriação e a exploração*. No Brasil, sempre houve uma clara concentração de terras, em que os pequenos trabalhadores rurais cada vez mais foram perdendo seus espaços, ficando à margem das grandes fazendas. Entretanto, esse processo, em fins da década de 1960, não foi conduzido apenas pelos chamados *coronéis* ou *latifundiários*. A concentração de terras passou

¹⁵³ *Histórico do Movimento Sem Terra* – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Secretaria Regional Sul, 1985. p. 1.

¹⁵⁴ MARTINS, J. de S., *Expropriação e Violência*, p. 50.

a ser alvo das grandes empresas nacionais e multinacionais, geralmente subsidiadas por amplos incentivos fiscais do Estado.

Sobre a política desenvolvida pelo Estado, favorecendo ainda mais a concentração de terras no país, José Graziano da Silva, ao descrever a *modernização dolorosa*, de certa forma, complementa o que vinha sendo elucidado. Em suas análises sobre a política do Governo em relação ao campo nos anos de 1960/70, salienta o perpetuar da expropriação dos pequenos trabalhadores rurais. E, para, além disso, a política estatal desenvolveu um fenômeno que ele chama de “modernização dolorosa”¹⁵⁵. O adjetivo *dolorosa*, para qualificar a política de modernização no campo, refere-se ao fato de que essa modernização foi, sobretudo, conservadora, uma vez que modernizou-se tecnologicamente o campo, avançou na fronteira agrícola e manteve o grande latifúndio¹⁵⁶.

Na implementação de diversos recursos financeiros para os grandes proprietários de terras, com o intuito de modernizar o campo, o Estado acabou por piorar ainda mais a situação dos pequenos trabalhadores rurais. Sem condições para competir com a grande propriedade e em meio a diversas pressões exercidas por latifundiários, muitos deles foram se somar à quantia dos inúmeros expropriados nesse período. Nessa perspectiva, a política adotada pelo Estado ao mesmo tempo em que gerou privilégios econômicos para os latifundiários e as grandes empresas, também causou uma profunda desigualdade social no campo.

A política adotada pelo Estado, visando à transformação da agricultura brasileira, prejudicou muito a pequena propriedade, uma vez que os créditos rurais para modernizar o campo eram adquiridos apenas por grandes proprietários de terras. Diante disso, muitos desses recursos eram usados na compra de mais terras, contribuindo para a concentração fundiária. Graziano da Silva ressalta que essa modernização foi dolorosa em virtude de ser lenta, restrita e oligopolista¹⁵⁷. Nesse sentido, tal modernização se tornou conservadora, ou seja, não transformou as estruturas. Intensificou a tecnologia no campo, mas não se questionou a estrutura fundiária, pelo contrário, auxiliou na expropriação de milhares de famílias do campo.

A modernização conservadora contribuiu para o processo de expropriação que, de maneira geral, ocorreu no país inteiro de diversas formas, sendo ele violento ou não. Conforme as análises de Martins, a expropriação se constitui como uma característica essencial para o crescimento do capitalismo. Expropriar faz parte da lógica de reprodução do

¹⁵⁵ SILVA, José G. da. *A Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 17-32.

¹⁵⁶ Para saber mais sobre o avanço da *fronteira agrícola*, que se intensificou a partir da década de 1960, ver: MARTINS, José de S. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁵⁷ SILVA, J. G. da., *A Modernização dolorosa*, p. 17-32.

capital¹⁵⁸. Assim, tiram-lhes dos sujeitos seus meios de trabalho, para subjugar-los. E, necessariamente, os sujeitos expropriados têm de vender sua força de trabalho aos caprichos e vaidades dos capitalistas. Partindo deste entendimento, é possível destacar que os processos de expropriação e exploração são combinados. Na reflexão sobre a década de 1970, Martins pontua que se efetivou intensamente um divórcio entre trabalhadores e seus meios de trabalho, no caso dos trabalhadores rurais: *a terra*. Nas suas palavras:

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos¹⁵⁹.

Expropriar para explorar compõe a lógica cruel do capital. Entretanto, nesse processo, existe algo relevante para refletir: à medida que o capital cresce, ele também acumula contradições, que são inerentes ao seu próprio crescimento. Caminhando nesse rumo, as contradições do capitalismo iriam, por sua vez, gerar tensões sociais, pois no modo de produção capitalista apenas uma minoria é privilegiada. Foi o que ocorreu nos fins dos anos de 1970, quando no campo e na cidade, as contradições geradas pelo capitalismo, fruto de uma política desenvolvimentista que já vinha sendo gestada décadas atrás, iriam despertar a organização de diversos movimentos sociais para reivindicar e lutar por seus direitos historicamente negados.

Ao fazer alguns apontamentos acerca da *modernização dolorosa*, da transformação da agricultura por meio da política do Estado, e da constante expropriação de milhares de trabalhadores rurais, é importante enfatizar que muitos desses trabalhadores expropriados ainda estão almejando regressar ao trabalho com a terra, vislumbrando sair da marginalidade, por meio da conquista de um pedaço de chão. A reforma agrária sempre foi um problema político, em que existe uma correlação de forças e interesses muito fortes que vêm impedindo sua concretização. Silva dizia, em 1980, que a história não é “determinista, nem previsível, no sentido de que é predeterminada”, também que se muitas forças políticas que lutavam em prol da reforma agrária foram derrotadas, não significa que ela não seja possível, ou necessária¹⁶⁰.

¹⁵⁸ MARTINS, J. de S., *Expropriação e Violência*, p. 50.

¹⁵⁹ MARTINS, J. de S., *Expropriação e Violência*, p. 50.

¹⁶⁰ SILVA, J. G. da., *A Modernização dolorosa*, p. 42.

O problema do acesso à terra continua latente no Brasil. Existem milhões de pessoas que necessitam de um pedaço de chão para nele trabalhar e permanecer. Nessa perspectiva, quando se pensa em reforma agrária, não se trata de ser a favor ou não. É uma questão de necessidade, pois há milhões de homens, mulheres e crianças clamando por ela, em vários cantos do país, seja na cidade, seja nos muitos barracos, geralmente, de lona, espalhados pelas estradas.

Diante da situação alarmante que o quadro de concentração de terras no Brasil apresentava, em que existiam poucas pessoas com muitas terras, de forma que a maioria dessas são improdutivas, e tendo muitos indivíduos que almejam terra para trabalhar e sobreviver, os movimentos sociais no campo surgiram como forma de resistência à expropriação e exploração no campo. A articulação e o trabalho para se organizar o MST, como um movimento nacional na luta pela terra, se efetivaram, principalmente, a partir do cenário caótico que trabalhadores e trabalhadoras do campo vinham sofrendo. Como enfatiza Émerson Neves da Silva, “o Movimento foi construído de forma dialética”¹⁶¹. Se o MST foi construído de forma dialética, logo, quer dizer que não surgiu espontaneamente, mas por meio dos diálogos, das articulações políticas entre diversos grupos, e também do próprio contexto em que os trabalhadores rurais sem-terra viviam no momento. Não se pode pensar que o MST nasceu de uma forma isolada, espontânea. As lutas organizadas no final da década de 1970 e os Encontros de trabalhadores rurais sem-terra no início dos anos de 1980 já ensaiavam para a criação de um movimento social de caráter nacional, visando unificar a luta pela terra.

Após elucidar alguns aspectos políticos, econômicos e sociais que foram preponderantes para a construção do MST, tentando mostrar que o mesmo nasceu devido às enormes contradições sociais que permeavam o campo na época, destaco o papel fundamental que a Igreja exerceu em sua formação. Não há como fazer considerações sobre a construção do MST sem, pelo menos, fazer algumas inferências sobre a relevância dos agentes religiosos junto aos sujeitos sem-terra e para a sistematização do Movimento.

Mesmo entre as principais lideranças que articularam a criação do MST, há o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos agentes religiosos em meio aos sujeitos sem-terra, especialmente os trabalhos ligados à CPT, que adiante serão discutidos com mais profundidade. Também observei que muitos discursos e práticas desenvolvidas pelos agentes religiosos ainda se encontram na organização do MST, como é o caso da prática da *mística*. Posteriormente à sua formalização, o Movimento se preocupou em tentar

¹⁶¹ SILVA, Émerson N. da. *Formação e ideário do MST*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 28.

sistematizar a sua história, de modo que há referências sobre ela em seus diversos materiais. O mais significativo, a meu ver, foi o *Caderno de Formação Nº 30*¹⁶², escrito pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, escritor de diversos trabalhos sobre a *territorialização*¹⁶³ do MST no país.

Nesse Caderno de Formação, editado em 1998, cujo objetivo era apresentar aos integrantes do Movimento alguns aspectos relevantes sobre sua construção, está evidenciado o quanto o trabalho da Igreja foi importante para o engajamento dos sujeitos na luta pela terra e para a organização do MST¹⁶⁴. Na fala de João Pedro Stedile, uma das figuras mais representativas e respeitadas da *Direção Nacional do Movimento*¹⁶⁵, entrevistado pela Revista *Estudos Avançados*, no ano de 1997, é perceptível o quanto a Igreja teve influência e auxiliou na construção do Movimento. O mesmo chega a dizer que o MST foi um *filhote* da CPT. Em suas palavras:

Sempre tivemos vinculações com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com outros setores progressistas das chamadas *igrejas cristãs históricas*. A CPT teve um papel importante na fundação do movimento e foi ela quem fez o primeiro trabalho de conscientização dos camponeses. De certa forma, o MST é filhote da CPT. Dificilmente os camponeses teriam adquirido consciência se a CPT não tivesse feito aquele trabalho. A CPT, lá nos primórdios de 1975 a 1984, ia para o interior fazer o trabalho de base e dizia assim: Deus só ajuda a quem se organiza, não pensem que Deus vai ajudar vocês se ficarem só rezando [...] ¹⁶⁶.

As ações do Movimento, especialmente no período de sua formação e nos seus primeiros anos de existência, estavam sempre ancoradas nos trabalhos da Igreja. Na fala de Stedile, o discurso religioso era usado como uma forma de *conscientização* dos trabalhadores rurais, em que a bíblia era usada como uma estratégia para incentivar os indivíduos a irem à

¹⁶² FERNANDES, Bernardo M. Caderno de Formação n.º30. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: Editora Perez, 1998.

¹⁶³ O conceito de *territorialização* é bastante utilizado no âmbito da geografia. A territorialização da luta pela terra seria o processo de conquista da terra. Nesse sentido, cada assentamento é uma fração do território conquistado. Quando o MST conquista uma área para assentamento, ele o territorializa. Bernardo Mançano Fernandes estudou o processo de territorialização do MST, ou seja, como o Movimento foi se constituindo no Brasil por meio das conquistas de assentamentos. Sobre a territorialização do MST no Brasil, ver: FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000; e *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

¹⁶⁴ FERNANDES, B. M., *Gênese e Desenvolvimento do MST*, p. 29-32.

¹⁶⁵ Ao longo de sua trajetória, o MST foi criando dentro de sua estrutura organizacional instâncias representativas, como Direção Nacional, Estadual, Regional etc. Para saber mais sobre a estrutura organizacional do MST ver: FERNANDES, B. M., *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)*, p. 234-239.

¹⁶⁶ *Entrevista com João Pedro Stedile. ESTUDOS AVANÇADOS. O MST e a questão agrária. São Paulo: IEA, v.11, n.31: 69-97, 1997. p. 87-88.*

luta. Diante das evidências históricas, é possível pensar que o MST nasceu sob o signo do trabalho da Igreja. Entretanto, quando o MST se oficializa em 1984, há uma preocupação constante, por parte do Movimento, em tentar se *desgarrar* da Igreja, no sentido de que ele era um movimento autônomo, em que os próprios trabalhadores rurais Sem Terra tomavam suas decisões.

Em outubro de 1984, o Movimento dedicou um espaço de seu *Jornal* para esclarecer algumas questões que envolviam o MST e a Igreja. O título do texto é bem sugestivo e sintético: *A Igreja apóia, mas não decide pelo Movimento*. Os responsáveis pela escrita do texto foram os militantes da Regional Sul, que abrangia os três Estados do Sul do país. Havia a preocupação do Movimento em esclarecer seu relacionamento com a Igreja. Naquele momento, muitos sindicatos, partidos de esquerda e o Estado relacionavam a existência do MST como se fosse um movimento da Igreja. Essa matéria foi escrita em tom de resposta a esses grupos em que, segundo a interpretação do Movimento:

Por parte do governo, evidentemente, a intenção é nos enfraquecer porque sabem que o apoio da Igreja representa uma grande força para qualquer Movimento. Para os sindicalistas pelegos e reformistas, porque esse apoio representa um avanço do Movimento e esse avanço representa, concretamente, uma ameaça ao sindicalismo apelegado, acovardado, comprometido com os interesses do governo. E alguns setores de esquerda, com suas críticas, demonstram o quanto estão afastados ainda com a realidade do povo, dos trabalhadores brasileiros ¹⁶⁷.

A relação Igreja e MST ainda não estava bem definida, desta forma, os coordenadores do Movimento passaram a se preocupar em separar sua imagem da Igreja. Não que o MST estaria negando o apoio da Instituição, porém, queria ser reconhecido como um movimento social autônomo. Dizia que o fato de alguns setores da Igreja apoiarem o MST não significava que os mesmos iriam tomar as decisões pelo Movimento. E fazia questão de garantir “aos companheiros que isso jamais vai acontecer. Nossas lideranças não se formam pela religião, mas pelo trabalho, dedicação, por testemunho de confiança dos companheiros, que participam do Movimento dos Sem Terra” ¹⁶⁸.

Ao refletir sobre esta problemática, fica perceptível que o Movimento já não queria ser visto como um movimento social da Igreja, mesmo reconhecendo o papel importante da Instituição no seu processo de construção. Em contrapartida, não queria perder o seu apoio, pois sabia a grande força que tinha perante os trabalhadores rurais. Pensando nessa questão,

¹⁶⁷ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Porto Alegre, outubro de 1984, Ano III, Nº 39. p. 2.

¹⁶⁸ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Porto Alegre, outubro de 1984, Ano III, Nº 39. p. 2.

após um ano e meio de sua formalização, editou o Caderno de Formação Nº 8, sobre *o papel da Igreja no movimento popular*, conseqüentemente, o papel da Igreja frente ao MST. A produção desse material aconteceu a partir de um curso de formação para lideranças em São Paulo e contou com a colaboração de Frei Betto, da Congregação dos Dominicanos. Algo que também chama a atenção para o investimento do MST em publicar este Caderno de Formação é o fato de que, no início, muitas das suas lideranças tinham saído do seio da Igreja, desempenhando trabalhos junto às pastorais sociais. Sendo assim, era preciso orientá-los para lutar em um Movimento que almejava ser autônomo.

De maneira geral, o conteúdo dessa fonte trazia a questão dos movimentos sociais surgidos após o Golpe Militar em 1964, e a participação das pastorais populares ajudando a organizar o povo no campo e na cidade. A Igreja, com seus agentes religiosos, foi uma espécie de “sementeira dos movimentos populares”¹⁶⁹. Há também um constante direcionamento em destacar alguns limites da Igreja, dos partidos políticos e até mesmo das organizações de movimentos sociais. Para tanto, ressalta-se que na visão do MST a Igreja tinha de ser também um espaço para formação de militantes.

A Igreja deve também ajudar na formação política de seus militantes, ela não deve nunca querer ser um partido político, ou ser a mãe de um movimento sindical e movimento popular. Deve ser um espaço onde os cristãos também tenham acesso a uma certa formação política. Mas por outro lado, tem que admitir que chega a hora que o lugar do cristão não é ficar nas esferas internas¹⁷⁰.

A Igreja para o MST tinha a dimensão de ser uma abastecedora da fé, de animação dos sujeitos para a luta, com os princípios da Teologia da Libertação. “O que precisamos esclarecer e entender é como cristãos nós devemos estar no movimento popular, sindical, e devemos estar também na Igreja, passar neste posto de gasolina para nos abastecer na fé”¹⁷¹. Havia o investimento de ligar a Fé com a Política, no sentido de que as duas dimensões necessariamente não poderiam ser excludentes, mas sim complementares. “Nós precisamos complementar a formação religiosa com a formação política”¹⁷².

Na análise desse Caderno de Formação, percebo que o MST não vê problema algum em um militante do MST ser religioso, participar das reuniões da Igreja, das missas, afora

¹⁶⁹ MST - Caderno de Formação Nº 8. *O papel da Igreja no Movimento Popular*. São Paulo, novembro de 1985. p. 11.

¹⁷⁰ MST - Caderno de Formação Nº 8. *O papel da Igreja no Movimento Popular*. p. 15.

¹⁷¹ MST - Caderno de Formação Nº 8. *O papel da Igreja no Movimento Popular*. p. 17.

¹⁷² MST - Caderno de Formação Nº 8. *O papel da Igreja no Movimento Popular*. p. 18.

outros espaços. Muito pelo contrário, sob a ótica do *Cristianismo Libertador* o Movimento vê que isso é um ponto positivo para a luta pela terra, à medida que quando os sujeitos estão *abastecidos espiritualmente*, estes ficam mais animados para as lutas que virão pela frente. Entretanto, há um certo dimensionamento bem claro de que quem executa as decisões no Movimento são os próprios trabalhadores e que um movimento popular deve ser autônomo da Igreja, fato este que levou o MST a investir no rompimento de sua imagem com essa Instituição, mesmo não negando o seu apoio.

A historiadora Cristiani Bereta da Silva, pesquisando as relações de gênero (homem-mulher) no MST, salienta algo relevante para se refletir sobre as questões que envolveram Igreja e MST, particularmente em seus primeiros anos. A pesquisadora constatou, por meio de alguns documentos, como relatórios de reuniões, uma preocupação latente nos discursos de lideranças em distanciar a relação do Movimento com a Igreja. Ou seja, a necessidade, do grupo ir conquistando sua autonomia. Sobre isso, percebeu o distanciamento do MST na ordem das ações. Contudo, notou que ainda havia uma relação estreita diante dos discursos produzidos, em que a dimensão *bíblia e luta pela terra* caminhavam em sintonia¹⁷³. Os discursos de efeito como *terra mãe, terra de irmãos*, como sendo um direito coletivo e bem comum se faziam presentes nas manifestações dos *Sem Terras*¹⁷⁴.

O que se percebe é que a Igreja não foi afastada bruscamente pelas lideranças do MST na década de 1980. Entretanto, suas ações foram sendo relativizadas e redimensionadas. Ou seja, a Igreja passaria a ter lugares definidos para atuar e prestar assessoria ao Movimento. Os princípios libertadores e os discursos da Igreja eram muito relevantes dentro das estratégias do MST, pois, em meio aos sujeitos, tinham o peso da verdade. E, conforme a passagem bíblica do Evangelho de João, “a verdade ia vos libertar”¹⁷⁵. Um dos papéis mais eficazes que a Igreja desempenhava e insistia era na interlocução dos movimentos sociais com o Estado. Além de preparados politicamente, os agentes religiosos tinham outra grande força que era o fato de ser uma *autoridade eclesiástica* e, para alguns, os representantes de Deus na Terra.

O Caderno de Formação Nº 5, editado em 1985, é dedicado exclusivamente para elucidar algumas questões da organização do Movimento. Nele está contido como o MST

¹⁷³SILVA, Cristiani B. da. *Homens e Mulheres em Movimento - Relações de Gênero e Subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004. p. 27-38.

¹⁷⁴ O nome *Sem Terra* com letra maiúscula diz respeito exclusivamente aos integrantes do MST. Quando escrevo *sem-terra* com letra minúscula e com hífen, estou aludindo a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que lutaram (e lutam) por terra. No quarto capítulo, faço algumas considerações sobre o investimento em se construir uma *identidade coletiva Sem Terra*, em que os sujeitos necessitam interiorizar algumas características próprias em relação à organização do Movimento.

¹⁷⁵ João, 8. 32. In: *A Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p. 85.

deveria ser organizado, tanto na esfera municipal, como estadual e nacional. Por parte do MST, há uma tentativa de relativizar a influência e o lugar da Igreja no Movimento, num sentido de que sendo um movimento de massas, quanto mais gente tivesse integrada, maior seria sua força na base em nível nacional. A Igreja deveria ser vista como uma assessoria. O teor dessa publicação não seria de excluir grupos que apoiavam a luta e sim de redimensionar o lugar que esses grupos ocupariam dentro da estrutura organizacional do MST. Tendo características de um movimento de massas, em nível nacional, o Movimento não poderia, pelo menos formalmente, defender bandeira de nenhuma religião. Assim, o MST não poderia “se definir por nenhum partido, por nenhuma religião. Cada lavrador tem o direito a ter sua crença, seu partido político. Mas o Movimento como um todo, tem apenas seus princípios de luta”¹⁷⁶.

Em 1985, a presença da Igreja Católica nas ações do Movimento era substancial, tendo lugares e funções já definidas. De acordo com Silva, pensar a relação Igreja e MST implica ficar atento na análise dos discursos (re) produzidos pelas *vozes autorizadas* do Movimento, ou seja, das lideranças que escrevem e falam pelo MST desde o seu nascimento até os dias atuais, questionando como os discursos vão sendo incorporados, ou deixados fora de seus planos¹⁷⁷. Em seus primeiros anos, o MST se apropriou de alguns lemas que os grupos religiosos engajados na luta pela terra usavam. A palavra de ordem “Terra para quem nela” *trabalha*, utilizada principalmente pela CPT, ganhou destaque em diversas manifestações do Movimento.

Existem diversas pesquisas em relação ao MST que procuraram refletir sobre a sua estreita relação com a Igreja, especialmente em seus primeiros anos¹⁷⁸, até pelo fato de as principais lideranças do Movimento fazerem questão de lembrar esse apoio. Para tanto, olhando o Movimento na atualidade, passados vinte e seis anos de sua existência, será que é possível encontrar discursos e práticas provindas desta relação tão profícua na organização do MST? Como o Movimento ainda se apropria de discursos e práticas religiosas e os ressignifica para sua luta? É o que vou procurar discutir no próximo tópico.

¹⁷⁶ MST - Caderno de Formação Nº 5. *Organização*. São Paulo, agosto de 1985. p. 16.

¹⁷⁷ SILVA, C. B. da., *Homens e Mulheres em Movimento*, p. 30.

¹⁷⁸ Além das obras sobre o MST que estão sendo citadas neste trabalho, destaco as seguintes pesquisas que buscaram compreender, a relação do MST com a Igreja: VENDRAMINI, Célia R. *Consciência de classe e experiências sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 1997. 291f. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos; e, STRAPAZZON, João Paulo Lajus. “... *E o Verbo se fez Terra*” – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. 1996. 113f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

2.2. Discursos e práticas que ficam

A partir de 1984, ano de sua oficialização, o MST, se declarando autônomo, começou a investir em sua organização interna. A preocupação do Movimento era unificar as lutas pela terra, se estabelecendo em diversos estados da nação, e construir um movimento com características e práticas próprias. Se for atentar para o processo de resistência do MST, em mais de duas décadas de existência, é possível dizer que ele foi sendo construído a partir das necessidades e pela dinâmica política, social e econômica do país.

No estudo sobre a *formação e ideário do MST*, desde o seu nascimento até o ano de 2002, Émerson Neves da Silva destaca que o Movimento passou por cinco períodos. O primeiro período começa especialmente em 1979, quando há a retomada das mobilizações por terra no país; tendo o trabalho dos agentes pastorais grande destaque. O segundo período é o da unificação das lutas pela terra no país e o surgimento do MST no cenário nacional, correspondendo aos anos de 1984-85. O terceiro seria entre os anos de 1986-88 em que o MST consolida diversos assentamentos e começa a investir na organização da produção dos mesmos, pois era preciso demonstrar para a sociedade que a luta pela reforma agrária valia a pena e beneficiaria toda a sociedade. Entre os anos de 1989 a 1994, se configura o quarto período, em que há uma crise na produção e na repressão política (Governo de Fernando Collor). O MST passou a se preocupar com a produção não apenas para subsistência, mas também para o mercado. Era preciso criar alternativas para desenvolver a produção nos assentamentos, sendo a construção de cooperativas um estímulo do Movimento. No quinto período que vai de 1994 a 2002, a preocupação do MST se pautou em superar os efeitos do neoliberalismo. No campo, os conflitos se intensificaram consideravelmente nessa época, não só pelo aumento do desemprego, mas também devido à postura política do Estado, que visava desmobilizar o MST e isolá-lo das discussões referentes aos planejamentos sobre a agricultura no país¹⁷⁹.

As suas formas de se movimentar estavam estritamente conectadas com a realidade em que se encontrava. No transcorrer dos anos que vem marcando a história de luta e resistência do MST, Silva parte do entendimento de que sua capacidade de enfrentar os desafios se processou como a maior aliada para seu fortalecimento e fez com que fosse se construindo dia após dia. “A capacidade criativa do movimento é decisiva para a sua construção a partir da

¹⁷⁹ SILVA, Émerson N. da., *Formação e ideário do MST*, p. 65-71.

superação dos limites históricos em que as invenções de novas formas organizativas e teóricas medeiam o diálogo com a realidade, consolidando, assim, o movimento”¹⁸⁰.

Desde sua criação até os dias atuais, o MST foi reconstruindo seus discursos e práticas conforme a reorganização da própria sociedade. Seria um equívoco pensar que o MST da década de 1980 é o mesmo do século XXI. Os lemas criados pelo Movimento são evidências de suas transformações. Em 1984, seu lema era *Terra para quem nela trabalha*; em 1985, era *Terra não se ganha, se conquista*, ou *Ocupação é a única solução*; já em 1995 seu lema ganhou uma maior abrangência – *Reforma Agrária: uma luta de todos*. Citando estes lemas como exemplo, percebe-se com nitidez que o Movimento, em 1995, dimensionou bruscamente sua visão, deixando vestígios de que suas percepções políticas e ideológicas estavam em transformação. A questão da reforma agrária passou a ser, a partir desse lema, uma luta de toda a sociedade, não apenas uma luta dos sem-terras. A reforma agrária seria um dos aspectos fundamentais para a efetivação de uma democracia plena, logo toda a sociedade precisaria apoiar a causa dos trabalhadores rurais sem-terra.

O MST foi revendo e transformando algumas de suas diretrizes pragmáticas, alterando também sua filosofia política ao longo da história. Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn, é preciso compreender a trajetória de lutas do MST, bem como o desenvolvimento político de suas bases ideológicas:

Na origem, nos anos 70, o MST esteve associado à CPT (Comissão Pastoral da Terra). Nos anos 80 passou a contar com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 90, sem abandonar de vez os ideais socialistas, o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência¹⁸¹.

Ao fazer menção às palavras de Gohn, não pretendo fazer a simplificação do Movimento, nem tão pouco evidenciar que ele é apenas um corpo político com suas bases ideológicas. Seria empobrecedor esta análise. A intenção foi demonstrar que ao estudar o MST, é necessário perceber as transformações de suas bases políticas e ideológicas ao longo do tempo. Para tanto, além desta visão, não se pode esquecer que o Movimento é formado por homens e mulheres distintos em sua essência. Assim, em meio às suas práticas e representações, existem também as contradições e ambiguidades.

¹⁸⁰ SILVA, Émerson N. da., *Formação e ideário do MST*, p. 71.

¹⁸¹ GOHN, M. da G., *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, p. 305.

Nessa perspectiva, há outras referências relevantes evidenciando que o MST é muito mais que um corpo político com suas bases ideológicas. A historiadora Maria Celma Borges¹⁸² e a geógrafa Rosemeire Ap. de Almeida¹⁸³ desenvolveram pesquisas relevantes sobre a dinamicidade e as diversas relações que envolvem os sujeitos que compõem e dão vida ao Movimento. Ambas as pesquisadoras procuraram demonstrar, a partir de realidades específicas, o quão complexo se configura o processo de luta pela terra, a dinamicidade, as ambiguidades e contradições que caracterizam as diversas faces do Movimento.

Consolidando-se como um movimento social nacional na luta pela terra, o MST vem desenvolvendo uma sólida organização como um movimento de caráter coletivo. Suas ações estão registradas em inúmeras ocupações de terras, em organização de acampamentos e assentamentos, na criação de cooperativas, de escolas, dentre outras ações. O Movimento resiste há mais de 26 anos e se faz presente em quase todos os Estados do país, não atuando apenas no Acre, Amazônia e Amapá. Cabe ressaltar que o Movimento teve e ainda tem um papel fundamental na sociedade brasileira principalmente na luta pela democratização da terra, privilegiando a terra de trabalho e não a terra de negócio.

A partir das leituras de alguns materiais impressos pelo MST e de trabalhos sobre o Movimento nos últimos vinte anos, compreendo que o Movimento em sua trajetória de lutas vem construindo outras preocupações para além da terra. A saúde, o saneamento básico, a educação, dentre outros elementos necessários para o viver nos assentamentos, integram, junto à reforma agrária, as reivindicações do MST. Os seus discursos foram se modificando de acordo com o desenvolvimento político e ideológico de seus integrantes e das próprias mudanças sociais brasileiras e globais. Na compreensão de Cristiani B. da Silva, no transcorrer da trajetória histórica do MST, não houve apenas mudanças devido ao fruto de seu amadurecimento político e ideológico¹⁸⁴. O MST mudou por causa das próprias necessidades, em que novos elementos e estratégias foram incorporados, no sentido de dar conta e expressar o que o grupo esperava das lutas. Todas essas questões se fizeram na perspectiva do *devoir* do Movimento.

Quando se inicia a aventura de se pesquisar o MST, às vezes, corre-se o risco de cometer alguns equívocos que, por sinal, fazem parte da caminhada enquanto pesquisador. Estudar o MST se configura como algo sedutor, porém é necessário estar atento para não

¹⁸² BORGES, Maria C. *De pobres da Terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas do Movimento Sem Terra no Pontal do Paranapanema* – SP. 2004. 391f. Tese (Doutorado em História). Faculdades de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, Assis.

¹⁸³ ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁸⁴ SILVA, C. B. da., *Homens e Mulheres em Movimento*, p. 37.

estudá-lo como um Movimento pronto e acabado. Em suas pesquisas, Silva constatou que dentro do Movimento existem homens e mulheres em movimento, e que esses dão sempre um caráter dinâmico às práticas do grupo ¹⁸⁵. Nessa perspectiva, compreende-se que os movimentos sociais só vivem porque existem sujeitos que o constituem, canalizando suas forças políticas e sociais nos conflitos. Para tanto, o MST só existe porque é composto por milhares de homens e mulheres em sua heterogeneidade, vivendo em acampamentos e assentamentos espalhados por todo país. E esses sujeitos são os responsáveis pela força do Movimento. Desta forma, lutando junto ao Movimento, os sujeitos “emergem como determinada força social, com uma vontade coletiva organizada a canalizar politicamente os conflitos contidos nas suas relações com outras classes e o Estado” ¹⁸⁶.

Mas, se ainda há resquícios de discursos e práticas no MST, fruto de sua estreita relação com a ala progressista da Igreja, posso dizer que sim. Conforme Silva, refletir sobre a relação entre Igreja e MST é pensar nas instâncias dos discursos que foram sendo edificados pelas lideranças do Movimento até os dias atuais ¹⁸⁷. O Movimento, por mais que tenha se tornado *autônomo*, não abriu mão do diálogo e da ajuda dos progressistas da Igreja. Em diversas publicações do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* era comum encontrar textos que traziam em seu conteúdo elementos religiosos e, por vezes, algumas entrevistas com autoridades religiosas, simpatizantes da luta dos trabalhadores sem-terra e da reforma agrária ¹⁸⁸.

Ao analisar alguns discursos produzidos pelo MST, nota-se que *terra para quem nela trabalha, terra prometida por Deus*, dentre outros discursos utilizados pelos agentes religiosos, nos trabalhos com os sujeitos sem-terra, ainda resistiam no interior do Movimento. Não é raro encontrar uma Cruz em manifestações do MST, simbolizando o sofrimento dos pobres da terra e a relação *luta pela terra e fé*. Um exemplo elucidativo da permanência dos discursos religiosos cristãos, entre meio aos discursos produzidos no MST, está no Caderno de Educação Nº 10, intitulado, *Ocupando a Bíblia*. Esse Caderno foi produzido pelo Setor de Educação do MST, em outubro de 2000, tendo como responsáveis por sua elaboração Elda Broilo e Paulo Ricardo Cerioli, ambos pertencentes à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (MSCS).

¹⁸⁵ SILVA, C. B. da., *Homens e Mulheres em Movimento*, p. 20-21.

¹⁸⁶ GRZYBOWSKI, C. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*, p. 267.

¹⁸⁷ SILVA, C. B. da., *Homens e Mulheres em Movimento*, p. 30.

¹⁸⁸ Como exemplo cito as matérias intituladas “A terra é de quem nela trabalha”, e “Deus não pregou injustiça social”. Ambas se encontram respectivamente em: *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, março/maio de 1985, Ano IV, Nº 43. p. 15; e *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo, março de 1989, Ano IX, Nº 81. p. 14.

A elaboração desse material, segundo o Setor de Educação do MST, se deu pelo fato de que a educação religiosa também faz parte da produção integral do ser humano, e que a fé ajudaria a mover os lutadores e lutadoras. Numa análise geral, o MST retoma alguns discursos utilizados pelos agentes pastorais no campo nas décadas de 1970 e 1980. A realização da reforma agrária se configuraria em “transformar a terra de Deus em terra de irmãos e irmãs”¹⁸⁹.

Num primeiro momento, algo que já chama a atenção neste Caderno é o seu nome. Literalmente, a proposta do Movimento é *ocupar a bíblia* e fazer dos seus textos um instrumento de animação e estímulo para a *libertação* do povo. A perspectiva é de que os *Sem Terra* precisam ocupar a bíblia em dois sentidos. O primeiro é que os “lutadores e as lutadoras da terra precisam conhecer, pelo menos um pouco, a história de um povo de fé que lutou pela terra milhares de anos atrás. Esta luta é tão velha como a arte de fazer a roça. Isto só é possível se ocuparmos este Livro Sagrado”. Posterior a isso, “os Sem Terra precisam perceber melhor a força libertária da fé na luta pela justiça e por uma nova sociedade”¹⁹⁰. Observa-se que os sentidos propostos para a *ocupação da bíblia* são ligados aos princípios da Teologia da Libertação, uma fé que deveria despertar a força transformadora e que estimulasse os sujeitos a irem à luta.

A produção desse Caderno visava contribuir com a *Educação Religiosa* de educadores/as da Educação Fundamental, que atuavam em escolas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária em que o MST se fazia presente. Ele tinha a finalidade de oferecer uma proposta de conteúdo e algumas recomendações didáticas para os professores/as. O Caderno está dividido em seis partes, em que são tratados assuntos amplos, tanto do Novo como do Antigo Testamento. Há temas relacionados à luta pela terra, à construção de uma nova sociedade, aos valores cristãos, às datas comemorativas como a Páscoa e o Natal. O interessante é que muitas passagens bíblicas trabalhadas no Caderno foram transportadas para o contexto de atuação do MST. O combate ao modelo político neoliberal do Estado, implantado pelo até então presidente Fernando Henrique Cardoso, a denúncia da expropriação e exploração e da violência contra homens e mulheres do campo são constantes. Numa análise mais detalhada, é possível perceber o modelo de sociedade que o MST almejava construir, seus princípios, seus objetivos e visões de mundo.

Algo que chamou a atenção foram as imagens impressas no Caderno. Elas possuem uma função pedagógica no material, auxiliando na compreensão dos textos. Além disso, as

¹⁸⁹ MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 6.

¹⁹⁰ MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. p. 6.

imagens são reveladoras. Analisando algumas delas, observa-se que o MST fazia uso de discursos utilizados pelos agentes religiosos nos trabalhos pastorais junto aos trabalhadores rurais sem-terra há quase quatro décadas atrás. Nessa direção, o Movimento se apropriou dos discursos religiosos e os ressignificou, de uma forma que contemplasse diretamente suas lutas. Muitas das imagens possivelmente circularam também nos cadernos e cartilhas produzidas pelas CEBs e CPT. Outras imagens foram edificadas especificamente para a luta empreendida pelo MST, fazendo uma simbiose da luta do Movimento com os discursos religiosos. O MST, no contexto bíblico, seria um Movimento que luta pela libertação do povo oprimido, em busca da *terra prometida*.

Ao falar sobre a *Terra Prometida*, o Caderno ressalta a promessa da terra prometida por Deus ao seu povo. Essa terra estava nas mãos dos latifundiários e precisava ser reconquistada. Deste modo, “a boa nova é de que a terra é de Javé. Por isso ela deve estar a serviço de todos. Por isso a posse é de quem trabalha nela. Por isso ela deve ser cuidada com carinho”¹⁹¹. Esse discurso reproduzido pelo MST em 2000 tem a mesma conotação dos discursos que o Movimento se apropriava em fins da década de 1970 e no transcorrer dos anos de 1980. Na ilustração do texto sobre a Terra Prometida, encontra-se uma imagem significativa que, por sinal, o seu conteúdo já foi analisado no trabalho (Imagem 3, p. 81), com o discurso de que Deus não havia passado escritura de terra para ninguém. Ou seja, se Ele não passou, a terra se tornaria comum a todos. No desenho, mudaram-se os personagens, mas o discurso, em si, era o mesmo. Eis a imagem:

¹⁹¹ MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. p. 53.

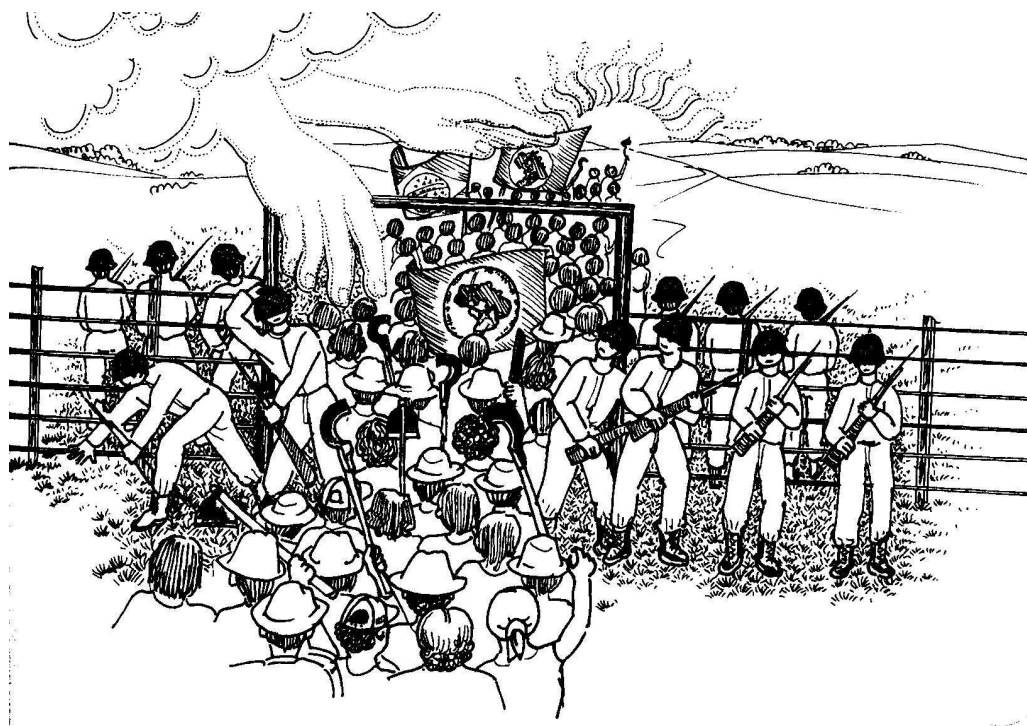
Imagem 4 – Deus não passou escritura de terra para ninguém



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000, p. 53.

Existe uma quantidade considerável de imagens que poderia ser analisada, porém, afim de não perder o foco do trabalho, irei analisar apenas algumas, tentando evidenciar que o MST compreendia como importante a utilização dos discursos de cunho religioso para incentivar os sujeitos a irem à luta. Todas as imagens do Caderno foram feitas por Elda Broilo que também participou da elaboração do conteúdo escrito do material e que pertencia a uma ordem religiosa já mencionada. Os discursos são uma mescla de conteúdos políticos e religiosos, em que, juntos, um acaba legitimando o outro. Ao falar sobre a Aliança de Javé (Deus em hebraico) com seu povo, há uma ilustração bem expressiva, na qual a intenção era demonstrar que os integrantes do MST são esse povo de Deus, que luta contra as cercas do latifúndio e contra a opressão e miséria.

Imagem 5 - As mãos de Deus protegendo os Sem Terra em uma ocupação de terra



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 79.

A ilustração mostra a ocupação de uma fazenda improdutivo. Na frente e dentro da fazenda se encontram policiais armados, representando o poder instituído do Estado, que serviam aos interesses da classe dominante, no caso, dos latifundiários, protegendo suas propriedades. Mesmo com tantos policiais armados, os Sem Terra, com suas ferramentas nas mãos, adentram a fazenda. O momento da ocupação é marcante para milhares de trabalhadores rurais sem-terra, pois a tensão e a angústia se misturam com a esperança de que aquela terra venha a ser a *terra prometida por Deus*.

O que chama a atenção na imagem não é só o incentivo por parte do MST em relação à ocupação de terras improdutivo, mas que, durante elas, Deus estaria com suas mãos protegendo os trabalhadores Sem Terra. Assim, Deus estaria do lado da luta do MST e suas mãos livradoras estariam presentes nos momentos difíceis. Veja na ilustração que as duas mãos de Deus, *invisíveis, porém, reais*, saem das nuvens do céu e protegem a entrada dos Sem Terra na fazenda e com um *poder sobrenatural* fazem com que os policiais, que estão ao lado esquerdo da porteira, se desequilibrem e recuem na entrada dos sujeitos. Uma mão protege a entrada dos trabalhadores e a outra os guia para a *terra prometida*. No centro da fazenda, está uma bandeira do MST, e já dentro da área ocupada os sujeitos carregam uma bandeira do

Brasil e do Movimento, caminhando rumo à terra prometida, representada pelo Sol radiante ao fundo do desenho. Deus, num gesto de aliança com seu povo, coloca suas mãos sobre as duas bandeiras, abençoando o momento e a luta do Movimento.

Na análise de imagens, é necessário prestar atenção em todos os detalhes, tendo em vista que eles podem revelar significados profícuos que num primeiro olhar não é possível perceber. Neste desenho, a imagem de Deus não só legitima o momento, como abençoa a luta do MST. Ainda sobre a imagem, esta pode ser remetida à passagem de Moisés e à passagem do povo de Israel pelo Mar Vermelho, no antigo testamento das *Escrituras Sagradas*¹⁹². As cercas e a porteira simbolizavam os obstáculos do povo Sem Terra para sair da *escravidão*, e assim entrar na *terra prometida*, onde encontrariam liberdade. Algo semelhante ao que ocorrera com os israelitas na passagem pelo Mar Vermelho, ocasião em que a imensidão de águas separava o *povo de Deus* de sua liberdade. Atravessar o mar significava se livrar do jugo dos egípcios e caminhar rumo à terra prometida pelo *Senhor*. Fazendo uma analogia, mesmo que extemporânea, romper as cercas e porteiras para os Sem Terra representava fugir do jugo dos latifundiários, ou do poder instituído, e também caminhar rumo à terra em que Deus já havia feito compromisso com seu povo.

Preocupado com a Educação Religiosa nas escolas dos acampamentos e assentamentos, o MST reproduz o mesmo discurso da *opção de Deus pelos pobres*. Para isso, evoca os princípios do Jesus Cristo Libertador, pregado pela corrente da Teologia da Libertação: “No Evangelho de Lucas, Jesus fala de libertação. Libertar é quebrar os grilhões, é organizar o povo para lutar pelos seus direitos rompendo com a lógica excludente da sociedade, por ser baseada no lucro e por isto idolátrica”¹⁹³. Nessas palavras, a libertação só iria acontecer com a organização do povo, e a opção pelos pobres se configuraria como o posicionamento contra a sociedade capitalista excludente, idólatra do lucro. Assim, a passividade não tinha lugar, o libertar tinha de ser fruto da organização coletiva e da resistência. A partir de uma ação política e na fé em Jesus Cristo Libertador, eram direcionados os discursos publicados pelo Movimento no Caderno de Educação analisado. Estes sublinham ainda que não precisaria temer, pois o *Libertador* estava no meio do povo, de uma maneira invisível, mas real.

¹⁹² Ver a passagem bíblica em: Êxodo, 14. 15-25. In: *A Bíblia Sagrada*. Trad. João Ferreira de Almeida. 2ª Edição. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. p. 50.

¹⁹³ MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. p. 93.

No interior da fonte que está sendo analisada, outra imagem se destaca em relação à tentativa do MST em ressaltar que Jesus Cristo estava junto ao povo oprimido, conseqüentemente do lado das ações dos Sem Terra.

Imagem 6 - Jesus Cristo está junto ao povo, lutando pela reforma agrária e outras necessidades sociais



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 93.

À frente dos homens e mulheres organizados se destaca a bandeira da reforma agrária. Entretanto, junto à bandeira da reforma agrária, os cartazes evidenciam outras necessidades reivindicadas historicamente pelo MST, como saúde e educação. Nota-se que a imagem objetiva mostrar que a luta pela reforma agrária não poderia ser isolada. Assim, o *emprego* e a *moradia* nas cidades também eram alvos das reivindicações, e a aliança entre trabalhadores rurais e operários ressoa na imagem. Nesse sentido, para a luta ficar mais forte era necessário o diálogo e união entre os diversos movimentos sociais. Na manifestação do povo organizado, junto ao MST, outros movimentos sociais se faziam presentes, como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. A imagem também traz várias mensagens de enfrentamento ao sistema capitalista, à medida que reivindica saúde, educação, emprego, moradia, e, sobretudo, com um cartaz enfatizando *fora ao Fundo Monetário Internacional (FMI)*.

Sobre a imagem, é possível extrair muitas questões inerentes ao MST. Todavia, o que cabe destacar aqui, a partir daquilo que se vinha discutindo, é como a imagem traz a figura de Jesus Cristo ao centro da organização do povo. A ilustração expressa um clima de harmonia, principalmente, a partir dos rostos dos diversos sujeitos. Todos estão sorrindo, demonstrando convicção e fé na luta. As manifestações de caráter político e social dos pobres do campo e da cidade, de certa forma, também ganham uma conotação religiosa. O ideal de se organizar coletivamente e conquistar direitos que lhes são negados ganha força com a presença do *Libertador*, o filho de Deus, em meio à luta do povo. A mensagem está pautada no ideal de que a luta social não poderia parar, pois é legítima e que Jesus Cristo estava junto do seu povo e iria ajudar no direcionamento dos embates. As lutas pelos direitos terrenos se fundiam ao caráter transcendental de Jesus. O político e o religioso que, em primeira instância, parecem tão distintos, se fundem numa combinação quase perfeita nas ações dos trabalhadores rurais Sem Terra.

Nessa direção, em um artigo intitulado *O Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre o discurso religioso*, os pesquisadores Maria de Lourdes Beldi de Alcântara e Marcelo Justos constatam que o discurso religioso no MST acaba por amalgamar o seu projeto político. Para além do discurso religioso, a questão simbólica migrada da Igreja para o Movimento também se configura como constituidora do imaginário do MST. Para tanto, as analogias bíblicas de um povo que deve lutar pela terra prometida ainda são muito fortes e presentes em sua organização. No entender desses autores:

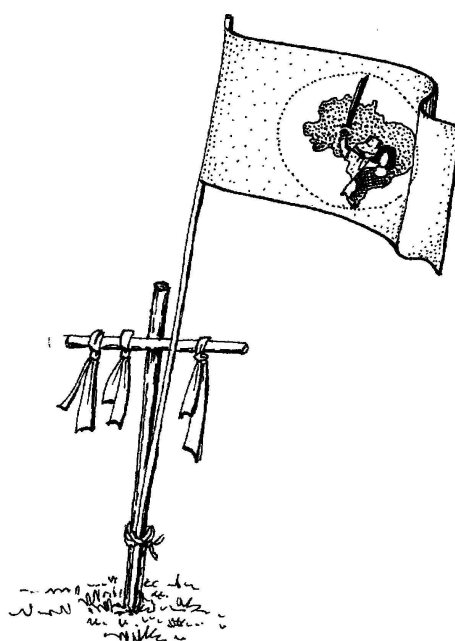
O MST traz para o cotidiano a promessa da terra, como a redenção conquistada pelo sofrimento das expulsões, das ocupações, dos acampamentos, dos confrontos com a polícia e a segurança privada, das caminhadas. Em cada um desses sacrifícios está a esperança de terra para morar e plantar ¹⁹⁴.

Em decorrência do diálogo do Movimento com grupos progressistas, especialmente os ligados à Igreja Católica, no âmbito dos discursos, o MST se apropriou do lócus do *sagrado* e da eficácia da simbologia religiosa para suas ações. Não obstante, o Movimento conseguiu agregar o binômio *Fé e Política* com muita propriedade, legitimando suas práticas e estimulando os sujeitos a crerem em seus projetos. Nessa direção, outra imagem significativa impressa na publicação analisada diz respeito ao símbolo da *cruz* no Movimento. Na

¹⁹⁴ ALCÂNTARA, Maria de L. B. de; JUSTOS, Marcelo. O Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre o discurso religioso. *Revista Imaginário*. Disponível em: <www.imaginario.com.br/artigo/a0061_a0090/a0064.shtml>. Acesso em: 15 out. 2006. (s/p).

retomada da luta pela terra, a cruz era um dos símbolos mais fortes nas manifestações por terra. No acampamento Encruzilhada Natalino, a cruz se tornou o símbolo maior e mais importante para os sujeitos, pois representa os sofrimentos e alegrias, a morte e a vida daquele grupo em meio à luta que estavam travando. Em diversos acampamentos, assentamentos, escolas, ocupações, manifestações públicas, dentre outros locais que o MST se faz presente é possível encontrar uma cruz ao lado da bandeira do Movimento, ou quem sabe até imbricado a sua bandeira.

Imagem 7 - Cruz e bandeira do MST amarradas



Fonte: Elda Broilo. In: MST – Caderno de Educação Nº 10. *Ocupando a Bíblia*. Setor de Educação do MST, outubro de 2000. p. 99.

Na imagem acima, a cruz e a bandeira do MST continuam, ou querem continuar, amarradas. A fé e a luta pela terra, por meio das lutas históricas, demonstram que são duas dimensões que se combinam muito bem. O MST soube catalisar isso com muita sabedoria. Algo significativo contido na imagem é que o mastro com a bandeira do Movimento se tornou maior que a cruz. Ou seja, por mais que a simbologia da cruz esteja presente nas ações e discursos do MST, a cruz não poderia ser maior que a bandeira do Movimento. Então, é possível perceber que para o MST não há problemas da cruz ser compreendida como um símbolo sagrado, caminhar junto ou *amarrado* com sua bandeira profana, desde que a cruz

não venha prevalecer ¹⁹⁵. Por meio da imagem, observa-se que o Movimento se apoiava na Cruz e nos significados que a mesma ressoa, dependendo do momento e ocasião.

Na análise de algumas fontes, foi possível constatar que o MST reproduziu, ou melhor, utilizou discursos religiosos sobre a terra, no intuito de legitimar suas ações. A partir disso, pelo fato de o Movimento se apropriar e utilizar discursos religiosos para as suas ações e objetivos, não quer dizer que o mesmo deixa de perder sua autonomia. A autonomia do MST independe da utilização dos discursos religiosos, que se trata de uma dimensão do *cultural*. Utilizar discursos e práticas religiosas nos trabalhos com os sujeitos era muito eficaz, pois os sujeitos se reconheciam nas linguagens e compartilhavam de uma fé comum, centrada na luta pela terra prometida.

Se entrelaçando em meio aos discursos, também foi possível encontrar práticas no MST que eram desenvolvidas, a princípio, especialmente pela CPT, no trabalho com os sujeitos sem-terra. Uma dessas práticas é chamada de *mística*, que será o foco central do trabalho daqui em diante. Mas, antes de elucidar algumas questões sobre a mística no MST, tecerei algumas inferências sobre a prática da mística nas Pastorais Populares no campo, até porque existe uma diferença substancial entre a prática da mística, como, por exemplo, na CPT e no MST.

Afinal, o que será a mística? Entre as atividades desenvolvidas pela CPT, existiam grupos que ficavam responsáveis em desenvolver a chamada *animação*. Em todas as reuniões, encontros, dentre outras atividades que a Comissão realizava com os trabalhadores rurais, os grupos de animação eram responsáveis por desenvolver atividades celebrativas de acordo com cada momento. Essas atividades eram muito dinâmicas e realizadas de diversas formas. Os grupos de religiosos faziam das celebrações uma própria liturgia, objetivando criar um clima em que os sujeitos pudessem se sentir participantes do momento. Esse momento de celebração passou a ser conhecido como *mística*.

Por parte da CPT e de outras Pastorais Populares no campo, esse momento sempre teve muita importância, principalmente porque conseguia ter grande efeito entre os trabalhadores rurais. Nas cartilhas e livros de orientações da CPT, há palavras de estímulo aos animadores e orientações básicas para os momentos de mística. Em comemoração ao dia do trabalhador rural, em 1983, a CPT de Minas Gerais orientou as comunidades rurais para as suas celebrações.

¹⁹⁵ Tive essa interpretação a partir das fontes, as quais revelavam as visões da organização do MST. Contudo, para grande parte dos sujeitos que integram o Movimento, pode ser que a cruz como um símbolo sagrado seja mais significativo e prevaleça sobre qualquer outro, até mesmo em relação à bandeira do Movimento.

Todos os grupos preparam uma tarefa: cartazes, relatórios, símbolos, cantos e poesias... Poderiam erguer uma GRANDE CRUZ tosca, ou aproveitar a cruz das Missões, e sobre ela colocar símbolos, cartazes, etc... Podem até fazer uma Procissão carregando esta cruz e fazer a Celebração ao ar livre ¹⁹⁶.

Os momentos de mística realizados pela CPT, naquele contexto, tinham como característica o uso de muitos símbolos. Os cânticos e as poesias também estavam sempre presentes, assim como a encenação teatral, que se configurava como um instrumento bastante utilizado. Em fins dos anos de 1980, foram publicados dois livros interessantes, cujo conteúdo era direcionado ao trabalho das Pastorais Populares no campo. Ambos traziam à tona os princípios da *Teologia da Libertação* e davam destaque à importância de se trabalhar os símbolos, a encenação teatral e os cânticos como uma forma de facilitar o entendimento e despertar a reflexão dos trabalhadores rurais sobre o Evangelho, perante a situação que viviam.

Esboçando didaticamente diversos temas a serem trabalhados junto aos trabalhadores rurais, Adriana Zuchetto, no livro *Trabalhadores rurais animados pela fé*, ressalta que os agentes pastorais e trabalhadores rurais poderiam “apresentar os fatos da vida em forma de teatro, pois isso facilita o entendimento da mensagem contida nos temas. E, os trechos bíblicos, os cânticos e as orações ajudam a manter um clima que favorece a reflexão, a tomada de decisões e o compromisso” ¹⁹⁷. Essas orientações e práticas eram comuns nas atividades da CPT e se configuravam como uma metodologia eficaz no trabalho com os sujeitos sem-terra. De acordo com Marcelo de Barros Souza e José L. Caravias, numa obra dedicada a discutir a *Teologia da Terra*, as pastorais no campo souberam explorar bem as formas litúrgicas para desenvolverem atividades com os trabalhadores rurais. As pastorais tiveram a perspicácia de fomentar as reuniões de uma forma que os sujeitos gostavam e se sentiam bem. Neste sentido, as comunidades rurais gostavam dos gestos e símbolos que as ligavam as suas raízes e ao seu cotidiano ¹⁹⁸.

Ao tratar da prática da mística nas pastorais do campo, em especial da CPT, é preciso indagar: qual o sentido da mística para a pastoral? Será que era o mesmo sentido da mística praticada pelo MST? Através das análises, acredito que o sentido maior nesses momentos estava pautado no desenvolver da espiritualidade dos sujeitos. Por mais que a CPT atuasse politicamente, a mística, enquanto uma prática pastoral, tinha uma dimensão no sentido

¹⁹⁶ CPT – *A nossa luta é por terra na roça e não por emprego na cidade* – 25 de julho, dia do trabalhador rural. Contagem – MG, 1983. p. 4.

¹⁹⁷ ZUCHETTO, Adriana. *Trabalhadores rurais animados pela fé*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1987. p. 5.

¹⁹⁸ SOUZA, Marcelo de B; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 101.

transcendental. Desta forma, as encenações, as simbologias, os cantos e poesias expressos na prática da mística estavam mais ligados à espiritualidade, no mistério em que se refere o próprio conceito de mística. Conforme Souza e Caravias, essas celebrações de mística na luta pela terra tinham de unir a fé e a vida dos sujeitos fortemente, objetivando conseguir “forças para enfrentar a dureza da convivência com o trabalho diário na terra e, principalmente, o sofrimento que nasce da marginalização, dos conflitos e das injustiças a que vem sendo sujeitos”¹⁹⁹.

A dimensão da espiritualidade era inerente às celebrações de mística na CPT. Mesmo que na prática da mística existissem também conteúdos políticos de contestação, o caráter espiritual não poderia estar separado dessa prática. A mística para a Comissão tinha de fazer com que os trabalhadores se sentissem parte da mesma família e que suas experiências fossem compartilhadas. Fundamentalmente deveria ser uma linguagem em que todos compreendessem, para que não desanimassem nas lutas. No seu *I Congresso Nacional*, realizado em Bom Jesus da Lapa – BA, entre os dias 28 de maio e 1º de junho do ano 2001, cujo tema era *Terra, Água, Direitos*, a CPT, como de costume, realizou algumas celebrações de mística, significantes para se refletir. Veja-se a descrição das celebrações:

Três celebrações, muito significativas, marcaram o Congresso. A Celebração da Abertura, a Vigília dos Mártires e a Celebração do Envio. A Vigília dos Mártires aconteceu na praia do rio São Francisco. Os familiares de 25 mártires da terra, de todas as regiões do país, como dona Olinda Tavares, mãe do Padre Josimo, foram homenageados. No chão, havia um círculo de fogo e uma cruz e ligadas a ela 25 fitas vermelhas. Ao nome de cada mártir era acesa uma tocha. As fitas vermelhas estavam ligadas a potes com vinho e a água dos rios que foi trazida pelos Regionais. No final, houve a benção do rio Francisco e a água e vinho foram incorporados à água do rio. Do rio também saiu uma menina carregando a bíblia. Todos concordaram que essa foi uma celebração muito especial e comovente²⁰⁰.

Malu Maranhão, assessora de comunicação e editora do *Boletim Pastoral da Terra*, ao narrar as celebrações mencionadas, procurou destacar aquilo que mais lhe chamou a atenção. Percebe-se que as celebrações tinham muito significado para os agentes pastorais, também para aqueles que participavam das atividades e eventos organizados pela Comissão. Essas celebrações, como estão na narrativa, eram muito especiais e comoventes. Muitas são as formas de místicas realizadas pela CPT, em diversos momentos e ocasiões. Entretanto, a

¹⁹⁹ SOUZA, M. de B.; CARAVIAS, J. L., *Teologia da Terra*, p. 102.

²⁰⁰ MARANHÃO, Malu. Celebração da Terra, Água, Direitos – Celebração da Vida. *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*, Goiânia, Abr/Mai/Jun/2001, Ano XXI – Nº 163. p. 5.

utilização dessa narrativa foi para destacar que a dimensão religiosa e espiritual era muito forte nas místicas realizadas pela CPT. Isso se evidencia nos elementos simbólicos, como a cruz, a água, o vinho, a bíblia e os mártires.

Numa fotografia publicada pelo *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, é possível visualizar, na celebração da mística, realizada no *I Congresso da CPT*, o momento em que “uma menina carregando a bíblia” sai de um rio.

Imagem 8 - Mística apresentada no *I Congresso Nacional da CPT*, realizado em Bom Jesus da Lapa – BA, entre os dias 28 de maio a 1 de junho, do ano 2001.



Fonte: José Marcó. In: *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*, Goiânia, Abr/Mai/Jun/2001, Ano XXI – Nº 163. p. 16.

Esse momento de celebração foi realizado às margens do rio São Francisco e fez parte da *Vigília dos Mártires*, em que o tema central era lembrar e homenagear homens e mulheres que se tornaram mártires na luta pela terra, ou melhor, tiveram suas mortes relacionadas ao fato de defenderem a redistribuição de terra no país. Muito mais que vir à tona

os nomes dos/as mártires na luta pela terra, a celebração pretendeu mostrar, por meio de tochas acesas, ligadas aos nomes dos/as mártires, que os ideais daqueles que morreram lutando pela terra ainda continuavam vivos. A chama da luta pela terra não poderia se apagar.

Na imagem acima, destaca-se a beleza do momento, fato este responsável pelas pessoas se comoverem tanto com as celebrações de mística. Ao fundo, aqueles que assistiam à celebração, mas que, ao mesmo tempo, participavam dela, atestavam a importância, o impacto e a harmonia do momento. Os seus rostos e os gestos pareciam querer reverenciar e aplaudir a celebração. Ao centro da imagem, com os pés mergulhados nas águas do *velho Chico*, a “menina”, vestida de branco, ilumina o local e coroa a celebração. Ao estender um recipiente que traz em seu interior as *Escrituras Sagradas* e que dele descem fitas de cores distintas, sendo que algumas delas tocam as águas, está expressa uma simbologia relacionada aos mártires da luta pela terra. As fitas estendidas, que fazem parte da celebração, não estão ali por acaso, ou apenas pela estética, elas também têm a incumbência de rememorar as pessoas que deram suas vidas pela luta social. E, envoltas da bíblia, expressam que os mártires tinham como o centro de suas vidas a *palavra de Deus*.

Um elemento preponderante que fazia parte das celebrações de mística nas diversas atividades da CPT era a *bíblia*. Por mais que as apresentações trouxessem diversas mensagens e discursos implícitos, a *palavra de Deus*, pelo menos para os cristãos, deveria ser o cerne, ou melhor, aquela que direcionava as ações da Pastoral. Neste sentido, a espiritualidade e a dimensão do transcendental estavam expressas na prática da mística na Comissão. Assim sendo, Ruben Siqueira, assessor da CPT, ao comentar sobre o I Congresso da Comissão, salientou que a mística não poderia ser considerada apenas um dado antropológico, ou uma força para o engajamento revolucionário. Ela deveria ser “antes de tudo espiritualidade cristã. E boa parte dos lavradores/as e agentes a cultiva, dela necessita e se preocupa”²⁰¹.

Ao assessorar os responsáveis por animar a luta dos trabalhadores rurais sem-terra, os agentes religiosos incentivavam a realização de celebrações de mística. As celebrações eram carregadas de encenações, cânticos, poesias e traziam muitos elementos simbólicos em seu interior. A realização das místicas estava ligada às lutas dos grupos, às experiências coletivas e sempre carregavam uma mensagem de ânimo e esperança para os homens e mulheres que lutavam por um pedaço de chão. Militando no MST desde seus primeiros anos, o professor Rogério, em entrevista concedida à pesquisadora Maria Celma Borges, ao enfatizar que a mística no Movimento é uma prática advinda de sua relação com a Igreja, especialmente com

²⁰¹ SIQUEIRA, R. *Luzes do I Congresso: o que viram os olhos da CPT na Lapa do Bom Jesus?* Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1224&eid=85>>. Acesso em: 22 out. 2006.

a CPT, lembrou e destacou o sentido *religioso* e *cristão* atribuído à prática da mística pela Comissão. As simbologias, os cânticos e as orações que faziam parte do desenvolvimento das místicas eram canalizados em torno da *fé* dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra rumo à *terra prometida*.

Bom, a mística é um elemento de origem religiosa, trazido para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela Pastoral da Terra, pela CPT, pelos padres, principalmente, quando se iniciou a formação do Movimento, onde a busca das ocupações, das ações dos trabalhadores, buscavam o sentido religioso cristão para é, reforçar a fé, a esperança, e a unidade dos trabalhadores, das trabalhadoras que marchavam em busca da terra. Neste sentido ela era cheia de orações, de símbolos do cristianismo, onde além dos cânticos religiosos, traziam uma cruz com os nomes dos mártires, então ela iniciou assim ²⁰².

Dando destaque às atividades dos agentes religiosos vinculados à CPT, no acampamento Encruzilhada Natalino e em outros acampamentos organizados no Sul do país, Luiz I. G. Gaiger ressalta que esses agentes “animaram as práticas coletivas religiosas e favoreceram a integração das mesmas à ação política dos camponeses” ²⁰³. Nas intervenções dos agentes religiosos, além da dimensão espiritual, as atividades estimulavam a reflexão coletiva frente às relações sociais, legitimando as atitudes e condutas de contestação ao sistema social vigente na época. Sobre as atividades que auxiliavam a *animar* os sujeitos sem-terra, a prática da mística se configurava em uma delas.

Em suas análises, Gaiger observou que havia a prática de *ritos* no acampamento Encruzilhada Natalino. Os ritos eram desenvolvidos pelos acampados e agentes religiosos, e, pelo que se evidencia, se configuravam no celebrar da mística. No que tange a esses ritos, o autor descreve:

Os ritos são igualmente momentos de exaltação do grupo e de manifestação de solidariedade que contribuem para refazer a auto-imagem e a segurança dos acampados. Ademais, é possível aderir ao ritual atribuindo-lhe sentidos diferentes, sem com isso diminuir o sentimento individual de pertença ao grupo. Mesmo em lógica explícita, o rito permite a expressão de sentidos divergentes, de opiniões pessoais, sem que isso resulte em conflitos, mas venha a reforçar o grupo como entidade acima dos indivíduos ²⁰⁴.

²⁰² Rogério. Entrevista realizada por Maria Celma Borges. Assentamento São Bento, setor II. Pontal do Paranapanema – SP, 04/05/2002.

²⁰³ GAIGER, L. I. G., *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*, p. 12.

²⁰⁴ GAIGER, L. I. G., *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*, p. 40.

No cotidiano do acampamento, o celebrar da mística, ou os *ritos* como dissera Gaiger, contemplava as relações sociais e as experiências vividas pelo grupo. Os mesmos eram direcionados a trazer mensagens de ânimo e a fazer com que os indivíduos criassem uma identidade coletiva em torno da luta pela terra. Incentivados pelos agentes religiosos, os ritos continham muitos símbolos inerentes ao campo religioso. A cruz era um dos símbolos mais utilizados nesses ritos. De acordo com Gaiger, sendo suportes para comunicar, transmitir alguma mensagem, transformar um tipo de significação a outra, os símbolos procuram dar sentidos que refletissem a vivência e a história do grupo, enfatizando a unidade e permitindo-lhes a estruturação de uma identidade coletiva. Cabe enfatizar que nestes ritos mencionados, o religioso e o político se integravam num único espaço. Assim, “no espaço ritual sacralizava-se a luta e materializava-se o sagrado”²⁰⁵.

Ao discutir sobre o acampamento Encruzilhada Natalino, Telmo Marcon fez alguns apontamentos significativos sobre as práticas que se configuravam naquele espaço. O autor não chegou a dizer que os acampados e religiosos praticavam a mística. Entretanto, ao atentar para sua escrita, em relação às encenações e outras atividades similares no acampamento, percebo que há uma semelhança entre essas atividades e a prática da mística que estou discutindo. Conforme o autor:

Num clima de incerteza, os acampados passaram o final do ano. Na noite de Natal, realizaram uma caminhada ao longo do acampamento com paradas para rememorar os seus momentos mais marcantes, entre eles: o enfrentamento com a polícia e o governo; a organização interna; a solidariedade das entidades e dos trabalhadores, a força e a esperança para a conquista da terra. *O ponto alto da celebração aconteceu quando foi lembrada a intervenção militar-federal. Nesse instante, todas as tochas que estavam acesas foram apagadas, simbolizando a escuridão vivida sob a intervenção do Curió; em seguida, foram acesas em quantidade dobrada, simbolizando a vitória sobre as forças repressivas. A interpretação dos fatos cotidianos e a transformação em símbolos coletivos foram, nesse sentido, decisivas para a sustentação do grupo e o enfrentamento das adversidades*²⁰⁶. (Sublinhado meu).

A celebração da qual Marcon está se referindo é muito semelhante às celebrações de mística que a CPT desenvolvia junto aos trabalhadores rurais. Neste sentido, devido à própria atuação marcante da Comissão nesse acampamento, prestando assessoria e animando os sujeitos, pode-se interpretar que essas celebrações eram a chamada *mística* e, que muito

²⁰⁵ GAIGER, L. I. G., *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil*, p. 40.

²⁰⁶ MARCON, T. *Acampamento Natalino*, p. 180.

provavelmente, eram incentivadas pelos agentes religiosos. O ato de rememorar os fatos marcantes, expressar mensagens por meio dos conteúdos simbólicos, interpretar os fatos cotidianos e dar uma significação positiva a eles, eram algumas das características essenciais das representações da mística entre os sujeitos sem-terra. Porém, nos espaços em que a CPT atuava, as representações, por vezes, sempre tinham uma ligação com o transcendental. Nessa direção, o despertar da espiritualidade na prática da mística era o cerne para fortalecer, expressar mensagens e sentimentos, e animar a luta dos sem-terra. Os agentes religiosos incentivavam a prática da mística, no sentido de que essa materializa as lutas, os sonhos e as esperanças dos sujeitos.

Para a realização de sua pesquisa, Rogério Sottili entrevistou o padre Arnildo Fritzen que, nas décadas de 1970/80, trabalhou como agente da CPT/RS, prestando assessoria aos movimentos sociais e estimulando consideravelmente a luta pela terra no Estado. Ao contar suas experiências na luta pela terra, sobretudo, no acampamento Encruzilhada Natalino, o padre enfatizou que sempre estimulava a prática da mística naquele espaço, visando rememorar as conquistas, os momentos de adversidades e também estimular os sujeitos para que não desistissem da luta e dos seus sonhos²⁰⁷. Nesta perspectiva, a mística estava muito ligada à experiência religiosa e tinha grande aceitação e *poder* entre os trabalhadores rurais sem-terra.

Sobre essa questão, Lourival, militando no MST desde 1989, e que até então fazia parte da Direção Estadual do Movimento em São Paulo, em sua narrativa, ao comentar sobre sua participação nas reuniões de grupos religiosos ligados à Teologia da Libertação, destacou que foi *contagiado* pela mística desenvolvida nas reuniões realizadas em um Seminário dos *Capuchinos*, no município de Nova Veneza - SP. Nesse contexto, disse que ainda não atuava na luta pela reforma agrária e que, nas reuniões, os agentes religiosos estimulavam os sujeitos para que lutassem por seus sonhos e por uma vida digna. No caso de Lourival e sua família, o sonho mais intenso era a oportunidade de ter um pedaço de chão para trabalhar e nele permanecer. À medida que foi participando das reuniões e conhecendo a luta pela reforma agrária efetivada pelo MST, Lourival e sua família decidiram entrar nas lutas e ter a oportunidade de conquistar seu pedaço de chão. Em suas palavras, é possível observar o quanto a prática da mística tinha relevância e contagiava os participantes das reuniões:

²⁰⁷ SOTTILI, Rogério. *MST: A Nação além da cerca – a fotografia na construção da imagem e da expressão política e social dos sem-terra*. 1999. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo. p. 168.

E aí, mas como a gente foi pras reuniões, que inclusive acontecia lá em Nova Veneza num seminário dos Capuchinos, é, as reuniões desse grupo, e a gente logo se entusiasmou com uma mística, com as músicas, com as palavras de ordem, com a animação daquelas pessoas que tava participando da reunião, das lideranças que tava puxando aquilo ali, naquele momento ²⁰⁸.

Ao se *entusiasmar com a mística, as músicas, palavras de ordem* e com toda *animação* que envolvia as reuniões, Lourival, a partir de sua experiência, evidenciou a relevância e aceitação dessa prática entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais. As apresentações de mística animavam e contagiavam os sujeitos. Na mística, a subjetividade dos sujeitos era despertada, causando emoção e vontade de cada vez mais lutar. É preciso ressaltar que a mística não era apenas *apelo emocional* ou convencimento dos sujeitos pela emoção, mas sim se configurava como práticas intrinsecamente conectadas ao cotidiano dos homens e mulheres, se fazendo necessárias nas lutas. Por ora, não se pode negar que essa prática objetivava *convencer* os sujeitos de que as lutas eram dignas e que *Deus estava cuidando de tudo*. Assim, ao atentar para a mística praticada pela CPT junto aos sujeitos sem-terra, não se pode analisá-la como apenas uma prática que convencia os sujeitos pelo emocional. Pensar dessa maneira seria reduzir a capacidade dos sujeitos refletirem, e também minimizar a relevância da mística entre as atividades da Comissão, nos mais diversos espaços em que era desenvolvida.

Depois de procurar fazer algumas inferências sobre a mística desenvolvida pela CPT, agora direcionarei o olhar para essa prática no MST. A princípio, destaco que a prática da mística desenvolvida pelo Movimento é muito semelhante aos atos de mística que a CPT desenvolvia. Tal prática foi tão eficaz entre as atividades no MST que acabou até se configurando como uma *necessidade fundamental em sua organização*. Todavia, será que o sentido, ou os sentidos dessa prática no Movimento se configura na mesma direção que o da CPT? Como o Movimento se apropria e ressignifica a mística para suas ações e objetivos? Qual a importância da mística no Movimento? Como é realizada e em quais lugares se devem desenvolver tal prática? Como a mística é compreendida pela organização do MST? Estas são algumas indagações que nortearão a escrita do trabalho de agora em diante.

²⁰⁸ Lourival. Entrevista realizada por Fabiano Coelho. Regional do MST em Andradina – SP, 23/03/2007.